

Possibilidades e limites didático-pedagógicos para uma educação inclusiva no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do IF Goiano – Campus Ceres

Leila Coutinho Dias da Silva¹   Vânia Claudia Guimarães²  
Mirelle Amaral de São Bernardo³  

Resumo

O presente artigo analisa as práticas pedagógicas de professores do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal Goiano - Campus Ceres - GO com o intuito de identificar as possibilidades e os limites didático-pedagógicos quanto à efetivação da educação inclusiva, da prática e do respeito à diversidade. A pesquisa é de abordagem qualitativa, descritiva, realizada através de pesquisa bibliográfica, juntamente com o método de observação não participante, durante o mês de março de 2019. Os resultados apontam que, para analisar o processo de inclusão na educação, faz-se necessário o entendimento do conceito de educação inclusiva por todos os agentes de ensino, de maneira a sistematizar o fluxo de ações que permitam a recepção desse alunado nas classes regulares. Além disso, observou-se que os docentes precisam de planejamento para desenvolver práticas pedagógicas adequadas à educação inclusiva, com estímulo à interação e outras ações que promovam a aprendizagem dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Destaca-se, também, a necessidade de formação específica aos professores, de acordo com a perspectiva inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão, Formação de professores, Necessidades educacionais especiais.

The didactic-pedagogical possibilities and limits for an inclusive education in the Biological Sciences Degree course at IF Goiano – Campus Ceres

Abstract

This article analyzes the pedagogical practices of teachers of the Degree in Biological Sciences of the Instituto Federal Goiano Campus Ceres - GO in order to identify the didactic-pedagogical possibilities and limits regarding the effectiveness of inclusive education, educational practice and respect for diversity. The research has a qualitative, descriptive approach, carried out through bibliographic research, together with the non-participant observation method, and it occurred during the month of March 2019. The results indicate that, in order to analyze the process of inclusion in education, it is necessary to understand the concept of inclusive education by all teaching agents, concerning systematizing the flow of actions that allow the reception of these students in regular classes. In addition, it was observed that teachers need planning to develop pedagogical practices suitable for inclusive education, encouraging interaction and other actions that promote the learning of students with Special Educational Needs (SEN). The need for specific training for teachers is also highlighted, according to the inclusive perspective.

Keywords: Inclusion, Teacher training, Special Educational Needs.

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano), Brasil. E-mail: leila.silva@ifgoiano.edu.br.

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano), Brasil. E-mail: vania.guimaraes@ifg.edu.br

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano), Brasil. E-mail: mirelle.bernardo@ifgoiano.edu.br

Posibilidades didático-pedagógicas y límites para una educación inclusiva en la Licenciatura en Ciencias Biológicas de la IF Goiano – Campus Ceres

Resumen

Este artículo analiza las prácticas pedagógicas de los profesores de la Licenciatura en Ciencias Biológicas del Instituto Federal Goiano Campus Ceres - GO con el fin de identificar las posibilidades y límites didático-pedagógicos en cuanto a la eficacia de la educación inclusiva, la práctica y el respeto a la diversidad. La investigación tiene un enfoque cualitativo, descriptivo, realizada mediante investigación bibliográfica, junto con el método de observación no participante, durante el mes de marzo de 2019. Los resultados indican que, para analizar el proceso de inclusión en la educación, es necesario la comprensión del concepto de educación inclusiva por parte de todos los agentes docentes, a fin de sistematizar el flujo de acciones que permitan la acogida de estos estudiantes en las clases regulares. Además, se observó que los docentes necesitan planificación para desarrollar prácticas pedagógicas adecuadas a la educación inclusiva, fomentando la interacción y otras acciones que promuevan el aprendizaje de los alumnos con Necesidades Educativas Especiales (NEE). También se destaca la necesidad de una formación específica para los docentes, según la perspectiva inclusiva.

Palabras clave: Inclusión, Formación de profesores, Necesidades educativas especiales.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como finalidade apresentar o tema “os limites didático-pedagógicos para uma educação inclusiva no IF Goiano - *Campus Ceres*”. No Brasil, pais, educadores e outros interessados no processo formativo debatem com alguma frequência e preocupação os caminhos da educação, conhecimentos referenciados e outras informações pertinentes à formação de crianças, jovens e adultos, especialmente aqueles que possuem e/ou se preocupam com os portadores de necessidades educacionais especiais, doravante NEE. Logo, o aluno com NEE tem o direito de inclusão na rede regular de ensino, resguardado na Constituição Federal de 1988, garantido pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n. 9.394/1996. O texto dessa legislação prevê que todos os cidadãos têm o direito à educação escolar, conforme está estabelecido na Constituição Federal de 1988. A inclusão e o respeito à diversidade humana são capazes de contribuir para a melhoria da qualidade da educação, pois enriquecem os procedimentos de aprendizagem e convivência.

Todos ganham, uma vez que os alunos com NEE convivem com modelos mais enriquecedores e desafiadores, e os alunos sem necessidades específicas aprendem a lidar e respeitar as diferenças. Por esse motivo, conhecer um pouco mais a respeito do desenvolvimento humano permitirá ao educador fundamentar sua percepção de educação na diversidade, analisando as especificidades de cada sujeito, detentor de uma história pessoal e social.

Assim, a escola será inclusiva quando renunciar não somente à rede física, mas à postura, aos costumes e à mentalidade dos docentes e de toda a comunidade escolar, para adquirir conhecimento sobre como lidar com as diferenças e conviver facilmente com as desigualdades (SASSAKI, 2004). Portanto, é imprescindível que sejam aprofundadas deter-

minadas discussões relacionadas a três questões: sensibilização, formação de professores e inclusão.

De acordo com Gutierrez *et al.* (2015), é importante que o professor seja sensível à reflexão sobre a inclusão, não ignorando a especificidade da aprendizagem desse público, nem deixando de reconhecer e estimular seu potencial. Para esse fim, é necessário conhecimento para apoiar o processo de mediação com o aluno. A formação do docente nesta ocasião é entendida como preparo de um profissional, tendo em vista que é um processo contínuo e incompleto, cumprindo sua função no meio educacional no qual se encontra inserido (GUTIERRES *et al.*, 2015).

Seguindo essa lógica, a formação docente deve ser pensada tanto no desenvolvimento humano quanto no social, por alunos e professores, e fornecer práticas e experiências em espaços que sejam úteis para sua formação, como ensino, pesquisa e extensão. Neste artigo, analisaremos a prática docente inclusiva na licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal Goiano - *Campus Ceres*, nos períodos do curso em que havia discentes com necessidades educacionais especiais.

Assim, delimita-se o problema de pesquisa: quais as potencialidades e os limites didático-pedagógicos quanto à efetivação da educação inclusiva, da prática e do respeito à diversidade?

A Lei de Diretrizes Bases da Educação destaca em seu artigo Art. 58 e § 1º o seguinte:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial (BRASIL, 1996, p. 19).

Nesse sentido, a educação inclusiva e o respeito pela diversidade precisam ser desempenhados e praticados também pelos docentes, os quais devem ser informados e sensibilizados, uma vez que a inclusão ocasiona transformação desse atual modelo educacional, para que se adapte à representação da educação que estamos retraçando. Nas escolas inclusivas, os alunos com necessidades específicas precisam de apoio adicional para garantir uma aprendizagem satisfatória.

Dessa forma, a presente pesquisa objetiva analisar as práticas pedagógicas, buscando identificar as potencialidades e os limites didático-pedagógicos quanto à efetivação da educação inclusiva, da prática e do respeito à diversidade. Logo, este estudo pretende contribuir com a formação teórica, conceitual e metodológica do pesquisador, além de oferecer à comunidade acadêmica e à sociedade em geral estudos e possibilidades de enfrentamen-

to, levando mais informação e sensibilização aos docentes sobre a importância da inclusão e o respeito à diversidade, explorando suas possibilidades e limitações.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação é um direito social, que só tem sentido se promover o desenvolvimento pleno do ser humano. Portanto, a educação escolar está ligada a um espaço social e cultural. Nesse contexto, a educação é fundamental não apenas para atender à inclusão do aluno que já possui uma deficiência comprovada, mas também para prevenir atrasos no desenvolvimento dos indivíduos que se expõem em espaço de risco, ou seja, que não apresentam suas aptidões e capacidades estimuladas no espaço familiar (MITTLER, 2012).

A vida escolar é essencial e todo indivíduo tem o direito de participar do mundo escolar, uma vez que na escola também se aprende a conviver com as pessoas, a trabalhar em grupo, a ter conhecimento e aceitar as diferenças; afinidades essas imprescindíveis para o futuro de todo ser humano (CONCEIÇÃO, 2013).

Seguindo esse pensamento, a escola que almeja ser um espaço de educação inclusiva precisa se organizar de maneira que possa atender às verdadeiras necessidades de cada aluno (MANTOAN, 2013). Ainda, a educação inclusiva pode ser definida como a educação para todos, a qual tem como intenção modificar o trajeto da exclusão, criando estruturas e espaços para uma variedade de educandos (CORREIA, 2010).

No Brasil, o movimento de inclusão surgiu a partir do fim da década de 1980, deflagrado por diversas frentes políticas e ratificado na Constituição de 1988, cujo desígnio inicial era o de disseminar o ensino especial com o regular. Entretanto, a inclusão somente passou a ser debatida de modo efetivo depois da Conferência Mundial referente às necessidades educativas especiais, em Salamanca (1994). O Brasil, assim como outros países, consolidou o compromisso de reformular seu sistema de ensino, de garantir a inclusão por meio do acesso de pessoas com necessidades educativas especiais no universo da escola comum, assegurando o direito de todos à educação de qualidade (CONCEIÇÃO, 2013).

Como menciona Carmo (2006), o processo de inclusão surgiu para que as pessoas discriminadas com NEE pudessem conviver com toda a sociedade, já que não tinham acesso a ela. As matrículas de pessoas com NEE têm crescido significativamente, sendo uma realidade que precisa ser repensada, perpassando a formação de professores. Dessa forma, o docente, estando ou não preparado ou predisposto para trabalhar com elas, é o responsável pela sua formação acadêmica.

Como afirma Piaget (1984, p. 62) acerca da importância da formação inicial com foco na educação inclusiva, “a preparação dos professores constitui questão primordial de todas as reformas pedagógicas em perspectiva”, pois, enquanto ela não for resolvida de forma sa-

tisfatória, será totalmente inútil organizar currículos ou construir teorias a respeito do que deveria ser realizado.

O processo de inclusão oferece ao aluno com NEE o direito de aprender com os seus colegas, possibilitando-lhes aprendizagens semelhantes e influências sociais apropriadas. Assim, o processo de inclusão tem como intenção retirar do estudante com NEE a marca da deficiência, preocupando-se com o seu desenvolvimento integral em um espírito de atribuição, de conhecimento em todos os aspectos da vida universitária (FERREIRA, 2011).

Sabendo de tais conceitos, é válido refletir sobre qual o discurso adequado aos docentes que lidam com esse alunado. Correia (2010, p. 18) defende um discurso educativo, isto é, um “modelo integrado em que as vertentes normativa, psicopedagógica e social não existem por si sós, mas realmente sobrepõem-se”. Dessa forma, seria baseado num modelo de atendimento à diversidade, com o resgate dos valores da intercomunicação entre os profissionais da educação, os seus alunos e a sociedade. Esse modelo permite criar uma comunidade coesa cuja visão educacional se revê na premissa de que toda criança deve ser respeitada e levada a atingir o máximo da sua potencialidade em ambientes que permitam o desenvolvimento da sua autoestima, do orgulho nas suas realizações e do respeito mútuo (CORREIA, 2010).

A pesquisa de Ferreira (2011) descreve como essencial a atividade coletiva entre os professores, partilhando experiências, expectativas e resultados, com relações diretas com os alunos, arcando com a responsabilidade dos resultados do seu trabalho. Essa colaboração deve ser voluntária, baseada na igualdade relacional, partilhando os objetivos, os recursos, as responsabilidades e os resultados, o que requer confiança e respeito.

Novas abordagens metodológicas foram introduzidas nas últimas décadas do século XX, quando importantes avanços nos campos da educação foram presenciados, com a introdução de novas tecnologias e formação de professores, que pudessem oferecer um atendimento satisfatório às necessidades de grupos com demandas singulares. Nesse contexto, as abordagens metodológicas vêm se desenvolvendo nas instituições educacionais públicas e privadas, com o oferecimento de cursos de graduação e pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) no campo da formação docente (MACHADO *et al.*, 2017).

Sant’ana (2015) enfatiza que os educadores precisam estar capacitados para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos com as suas mais diversas necessidades especiais. Entende-se que o professor, ao ter aluno com NEE em sua sala de aula, precisa adotar determinadas providências para que ele possa confiar e sentir-se seguro no ambiente. Na prática, o professor precisa de modo contínuo pensar nesse aluno, refletindo sobre prováveis metodologias, elaborando e apresentando suas aulas de modo que o aluno com NEE desenvolva suas habilidades, permitindo a compreensão e a aprendizagem.

De acordo com Ribas (2011), considera-se indispensável que o professor tenha consciência da necessidade de possuir conhecimentos das teorias que esclarecem os procedimentos de ensino e aprendizagem, assim como da importância da colaboração e da sua ação como mediador do processo de aprendizagem. Para atuar com o aluno com NEE, é necessário que ele adquira a compreensão do planejamento como uma preciosa ferramenta, por meio da qual ele organiza esse processo.

Assim sendo, Ferreira (2011) ressalta que é essencial o papel do professor capacitado, em uma sala de aula com alunos com NEE, uma vez que esses profissionais precisam ter toda uma preparação psicológica e de formação para lidar com esse público, trabalhando a influência mútua, inclusão no ambiente escolar e a comunicação entre os alunos, a comunidade escolar e a família.

Nesse panorama, para que os docentes desenvolvam essa “competência”, é necessária uma contínua formação docente, ou seja, os professores precisam aprender a lidar com as necessidades dos alunos público-alvo da inclusão. No entanto, o conhecimento se faz pela soma das partes, e a inclusão não é responsabilidade única do professor, para isso, no Instituto Federal Goiano - *Campus Ceres*, os professores podem contar com o apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), núcleo que medeia as ações inclusivas na instituição.

Nessa direção, para eliminar a exclusão, é necessário implementar amplas mudanças nas práticas pedagógicas, quais sejam: a adoção de novos conceitos e estratégias, como a educação cooperativa, a adaptação ou (re)construção de currículos, o uso de novas técnicas e recursos específicos para os estudantes com NEE, novas formas de avaliação e o estímulo à participação de pais e da comunidade nessa nova realidade social e educacional.

Dessa forma, Araújo (2007) aponta o direito à igualdade, o direito da educação para todos, sem preconceito de cor, sexo, raça, idade e quaisquer outras formas de desigualdade, garantindo a igualdade de condições, acesso e permanência na escola, o que mais uma vez confirma a necessidade de a educação inclusiva se tornar efetiva no universo educacional.

Nesse viés, não restam dúvidas de que todos os indivíduos têm direito a uma educação de qualidade. No entanto, há o problema de que muitas pessoas ainda não compreendem como é construir essa escola inclusiva e de qualidade para todos, independente do seu problema físico ou psíquico.

Como apontam Stainback e Stainback (2012), quanto mais preparados forem os professores, maiores serão as oportunidades para a pessoa com NEE desenvolver novas aprendizagens, flexibilizadas à programação instituída, e ela receberá educação de qualidade quando acontecer uma influência mútua entre aluno e professor. Sabe-se, assim, que colaborar com a educação de alunos com NEE jamais é uma tarefa exclusivamente do educador,

entretanto, a figura dele, bem como a afinidade professor/aluno, é indispensável para o ensino-aprendizagem de qualidade.

METODOLOGIA

Entre todos os passos ou etapas de uma pesquisa científica, para produzir conhecimento sobre determinado assunto, faz-se necessária a definição do melhor caminho metodológico a seguir, e assim delinear de forma segura e confiável a abordagem da realidade pesquisada.

Seguindo esse princípio, este trabalho trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa. A metodologia utilizada neste estudo foi a pesquisa bibliográfica, bem como o método observacional em campo, realizado junto aos docentes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal Goiano - *Campus Ceres*. A pesquisa pode ser caracterizada como descritiva, realizada por meio de um estudo bibliográfico, com o método de observação não participante.

Os objetivos da realização deste estudo foram:

- Investigar como a inclusão é contemplada no projeto pedagógico do curso (PPC) da licenciatura em Ciências Biológicas da instituição pesquisada;
- Verificar como a inclusão acontece, efetivamente, no cotidiano dos docentes no ambiente escolar e qual o nível de compreensão desses docentes diante dos referenciais teóricos e legais que norteiam a inclusão;
- Descrever as práticas de ensino e ações de intervenção dos docentes.

Assim, a pesquisa foi desenvolvida com docentes do curso de Licenciatura em Biologia do Instituto Federal Goiano - *Campus Ceres*. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) foi criado pela Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, estando localizado na Rodovia GO-154, km 03, que liga a cidade de Ceres à cidade de Carmo do Rio Verde, a 180 km de Goiânia.

O curso é ofertado no período noturno com duração de oito semestres e uma carga horária de 3.264 horas. Sua oferta foi aprovada pelo Conselho Superior do Instituto Federal de Educação e Tecnologia Goiano com a Resolução n. 012, de 28 de maio de 2010. O reconhecimento do curso foi deliberado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, do Ministério da Educação, por meio da Portaria n. 545, de 12 de setembro de 2014. Em se tratando do corpo docente, o *Campus Ceres* conta com vários professores doutores e mestres, em diversas áreas do conhecimento, dentre os quais os que ministram aulas no curso de Biologia. Cada professor participante da pesquisa foi analisado individualmente, totalizando dez professores atuantes nos respectivos períodos observados.

De acordo com a página oficial do Instituto Federal Goiano, na aba Cursos, a Licenciatura em Ciências Biológicas traz o perfil do profissional:

Os formandos que atuarem no ensino deverão ser capazes de conduzir seus alunos para o desenvolvimento de conhecimentos práticos, contextualizados, que respondam às necessidades da vida contemporânea e para o desenvolvimento de conhecimentos mais amplos e abstratos, que correspondam a uma cultura geral e a uma visão de mundo. Nesse sentido, o curso deve propiciar não apenas as ferramentas tecnológicas e cognitivas, mas as comportamentais que permitam ao licenciado procurar sua formação continuada e ser capaz de produzir conhecimentos [...]. (Goiás, 2014, *online*).

O IF Goiano é uma autarquia federal, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparada às universidades federais. A instituição oferece educação em nível de ensino médio integrado a cursos técnicos, educação profissional, superior, pluricurricular e *multicampi*, especializada em educação profissional e tecnológica, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as práticas pedagógicas, e atende atualmente a mais de três mil alunos de diversas localidades (Goiás, 2017).

Para a pesquisa bibliográfica, os procedimentos metodológicos foram realizados de acordo com Marconi e Lakatos (2007), organizados em: elaborar inicialmente uma busca na literatura, visando compreender melhor o tema e o problema de pesquisa a ser investigado; delimitar claramente o escopo da pesquisa e selecionar os materiais de acordo com o tema. A pesquisa bibliográfica abrange parte da bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses e artigos via *Internet*. As bases de dados utilizadas para a pesquisa bibliográfica foram Scielo, Biblioteca Virtual da Unicamp e Google Acadêmico. As palavras-chave utilizadas foram: educação inclusiva, docentes, inclusão escolar, recursos didático-pedagógicos.

De acordo com Gil (2010, p. 27), “as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população”. Segundo Souza (2011), na observação não participante, o pesquisador apenas observa os informantes. Nesse método, tudo o que ocorre na instituição deve ser documentado, como: descrição das atividades, interações, uso de ferramentas, falas, opiniões e outros acontecimentos importantes para a pesquisa.

A observação aconteceu no mês de março de 2020, entre os dias 2 e 13, no turno noturno e nas respectivas salas dos 2º e 3º períodos do curso, onde havia alunos com NEE. O número de frequentadores nos dois períodos observados totalizava 50 alunos, sendo que um dos alunos com NEE era suspeito de autismo, mas sem laudo médico, enquanto outra aluna apresentava retardo mental leve, constatado em laudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante da observação realizada, foi possível verificar como acontece a regência em sala de aula no curso de Biologia, bem como diagnosticar o trabalho realizado com o público-alvo da educação especial. Segundo Costa (2011), a escola tem o desígnio de trabalhar o desenvolvimento absoluto de todos os alunos com NEE de modo inclusivo, independentemente de qual seja a deficiência, agenciando o desenvolvimento nos fatores linguístico, físico, psicológico, social, intelectual e cultural.

Salienta-se que, nas turmas pesquisadas, foram identificados dois alunos com NEE, sendo que esses alunos frequentavam regularmente como os demais alunos. A prática docente teve o apoio e a orientação do NAPNE, porém, esses alunos não eram assistidos individualmente por um profissional de apoio, que acompanha o processo de ensino-aprendizagem desde as aulas até o desenvolvimento das atividades propostas e as avaliações. Dentre o grupo docente que atuava nas turmas pesquisadas, destacou-se o dinamismo de alguns docentes, que mantiveram uma maior aproximação com os alunos e os apoiaram, contribuindo para o desenvolvimento e êxito na aprendizagem.

Para que as condições dos docentes do curso de licenciatura em Ciências Biológica do IF Goiano - *Campus Ceres* sejam transformadas, é necessário um trabalho conjunto, sem propor a igualdade no sentido de exigir que todos tenham os mesmos resultados, mas sim no sentido de que todos possam realizar tarefas semelhantes, mas de formas diferentes, respeitando os níveis de dificuldades ou possibilidades encontradas por cada indivíduo, os quais sejam capazes de compartilhar e aprender com isso.

Segundo Sant'ana (2015), a formação e a prática pedagógica do docente são de suma importância para o aperfeiçoamento da aprendizagem dos alunos com NEE. Assim sendo, evidencia-se que os docentes devem ter uma práxis, ou seja, condições teórico-metodológicas para agir com segurança em sua prática, pautados em orientações ou ações didáticas voltadas para a educação inclusiva. Além do mais, é preciso refletir sobre essa prática inclusiva, como perspectiva de formação daqueles que estão frequentando o curso de licenciatura, já que eles serão os futuros profissionais que atuarão diretamente com os desafios da inclusão. Não dá para viver a inclusão num espaço meramente teórico, esvaziado da prática real inclusiva, da valoração das diferenças e da presença da equidade.

Durante a pesquisa, observou-se que um dos grandes desafios para os professores é saber lidar com o diferente, pois muitos não possuem conhecimento formativo suficiente para trabalhar com os alunos com NEE. Acreditamos que parte dos professores observados precisa de planejamento para desenvolver práticas pedagógicas adequadas à educação inclusiva, com estímulo à interação e outras ações que promovam a aprendizagem. Destaca-se, também, a necessidade de o sistema educacional investir e promover formações específicas aos professores, de acordo com a perspectiva inclusiva.

Destaca-se que a prática pedagógica do professor é muito importante para o aperfeiçoamento da aprendizagem dos alunos com necessidades especiais. Constatamos, ainda, que os professores observados do curso de Ciências Biológicas devem ter mais condições teórico-metodológicas, práticas mais flexíveis e recursos pedagógicos adaptados, os quais são de suma importância no processo de inclusão escolar dos alunos com NEE. As práticas pedagógicas dos professores observados devem incluir desde o planejamento até a sistematização da dinâmica dos processos de aprendizagem, de maneira a garantir o ensino de conteúdos e atividades considerados essenciais para a formação do aluno, em específico os com NEE.

Ferreira (2011) descreve que a formação profissional assume um papel de relevo inquestionável como meio propiciador de aquisição de saberes e práticas indispensáveis à ação do docente, por meio da qual novas técnicas se fazem necessárias devido às transformações educacionais. Gutierrez *et al.* (2015) afirmam que o ser professor, hoje, exige novas habilidades, capazes de satisfazer os desafios colocados à nossa realidade em torno de uma educação diferenciada, que transforme os sujeitos envolvidos no processo educativo.

Conforme a observação realizada com os professores do curso de Ciências Biológicas, acredita-se que o ensino e aprendizagem devem ser processos construtivos e permanentes, adequados à realidade do alunado, levando em conta os conhecimentos adquiridos em seu cotidiano. O professor, em sua prática pedagógica, deve ter a capacidade de transformar esse conhecimento em saberes formalmente estruturados. Para isso, o docente deverá ter disponíveis elementos afetivos e sociais, que devem ser trabalhados com interação, pois se abrem novas possibilidades para um processo de ensino-aprendizagem mais produtivo. Perante as observações realizadas, percebe-se que os professores devem ter acesso aos recursos pedagógicos adaptados e acessíveis, elementos essenciais na educação, garantindo, assim, um ensino diferenciado, combinando distintas estratégias de aprendizagem, com capacidade de diversificar e de transformar o currículo escolar, fazendo uso de novas metodologias e de diferentes recursos, para que o aluno com NEE consiga apreender o conhecimento.

Mendes (2015) acredita que as propostas metodológicas de ensino para as pessoas com NEE devem ser modificadas de acordo com as suas necessidades, pois cada um necessita de um atendimento específico, com metodologias adequadas a suas necessidades.

A partir do exposto, faz-se urgente despertar, no ambiente educacional do curso de Ciências Biológicas, a compreensão dos preceitos da educação inclusiva, levando em conta as características específicas de cada aluno. A inclusão deve ser versada como movimento absoluto e irrevogável, sucessora da integralidade de práticas educativas excludentes.

Diante disso, fica a certeza da relevância do papel do professor do curso de Ciências Biológicas no processo de melhoria da qualidade da aprendizagem dos educandos, em es-

pecial os com NEE, com a utilização adequada de metodologias e materiais didáticos para a realização de suas aulas, uma vez que esse trabalho, sendo ele individual ou em equipe, deve atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do aluno.

Segundo Galasso *et al.* (2018), a análise de material didático é desenvolvida a partir do tipo de suporte que irá promover o acesso a um conteúdo específico. Enfatiza-se que, na medida em que a orientação inclusiva implica um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais, os docentes observados precisam de materiais didáticos adequados, que estejam de acordo com a necessidade de cada aluno. O professor deve estar preparado e habilitado para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos no contexto da sala de aula, com as suas mais diversas necessidades especiais e oferecer a eles condições satisfatórias para essa aprendizagem.

Assim sendo, é indispensável que a escola seja um ambiente inclusivo e favorável para o ingresso da pessoa com NEE. Considera-se de extrema importância a formação, sensibilização e capacitação de professores, para que estes possam atuar de modo natural e efetivo em meio às diferenças dos alunos e, assim, transmitir esse processo de inclusão a todos os outros alunos. Conceição (2013) salienta que a força e a importância da nova LDB, no que diz respeito à educação especial, não podem ser subestimadas. Ela não estabelece apenas a obrigatoriedade de as pessoas com necessidades especiais frequentarem a rede regular de ensino, como também determina o serviço de apoio especializado para o atendimento às especificidades de cada aluno. Assim sendo, Mittler (2012) diz que, no que se refere ao corpo docente, presume-se um quadro de professores qualitativamente capacitados para trabalhar com esses alunos especiais, que necessitam de tamanha dedicação e profissionalismo.

Assim, acredita-se que os professores observados devem ser sensibilizados de que é preciso eliminar a exclusão e que ultrapassar os desafios é necessário, a fim de avançar, progredir, evoluir nessa ação, implementando amplas mudanças em suas práticas pedagógicas, que podem ser a adoção de novos conceitos e estratégias, como a educação cooperativa; a adaptação ou (re)construção de currículos; o uso de novas técnicas e recursos específicos para essa clientela; o estabelecimento de novas formas de avaliação; o estímulo à participação de pais e da comunidade nessa nova realidade social e educacional.

Portanto, acredita-se que o apoio e a atuação do professor podem desenvolver e multiplicar valores vinculados à cidadania nos colegas da turma e da própria instituição educacional. Desse modo, a forma com o professor atua pode assegurar uma escolaridade instigante, não somente aos alunos com necessidades educacionais específicas, mas a todos os agentes dos processos de ensino e aprendizagem.

CONCLUSÃO

A pesquisa apresentou dados que permitiram refletir sobre aspectos que permeiam a inclusão de alunos com NEE no sistema de ensino. Os principais resultados mostraram que a educação especial é percebida pelos profissionais docentes sob várias perspectivas, desde definições mais próximas aos princípios de integração até definições mais relacionadas à educação inclusiva.

Observou-se que a maioria dos profissionais mostra uma posição favorável a incluir os alunos que necessitam de educação especial na educação regular, mas muitos deles não estão preparados para lidar com esse público, não se sentindo capacitados para ensinar alunos com NEE. Contudo, os resultados da pesquisa mostraram que os professores estão cientes da falta de preparação para a inclusão, não apresentando práticas educacionais necessárias para promovê-la.

Assim, perante observações realizadas, os obstáculos à proposta de inclusão se tornam evidentes. Os dados obtidos confirmam a necessidade de participação ativa da comunidade escolar. Ressalta-se que a inclusão deve ser vista como um processo, o qual tem as suas devidas etapas e que precisam ser devidamente planejadas, com responsabilidade e senso crítico.

A formação para professores deve ser contínua e pode ser pensada de acordo com as demandas que o *Campus* vai recebendo. Essa continuidade formativa pode ser importante, também, para resolver a mudança de fluxo, com a entrada de novos professores ou mesmo a mudança interna na divisão das aulas por turmas, já que os professores do IF Goiano atuam em diferentes modalidades, cursos e séries. Além das orientações repassadas pelo NAP-NE aos docentes, é necessário trazer para o *Campus* palestras, minicursos, mesas-redondas e outras. Uma boa opção é a semana de planejamento, pois, além dos docentes, outros envolvidos no processo podem participar, dentre eles os técnicos administrativos, pois a inclusão não se faz apenas dentro da sala de aula. Inclusão se faz pela tomada de consciência e responsabilidade de todos, desde aqueles que recebem o aluno no portão, os que instruem na retirada de um livro na biblioteca até mesmo os que orientam no deslocamento dentro do espaço escolar.

Na tentativa de incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir da compreensão de que é ela que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros, eliminando barreiras existentes para que as pessoas portadoras de necessidades especiais possam ter acesso aos lugares, serviços e a bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.

Conclui-se que a inclusão desse alunado em classes regulares determina novas posições e desafios, reafirmando a ideia de que a inclusão estabelece grandes transformações

com objetivo de melhorar a qualidade da educação, para educandos com ou sem NEE. Como avanço gerencial, espera-se elucidar a lacuna apresentada, além de proporcionar indicadores para o replanejamento da instituição estudada. Logo, espera-se como contribuição para o campo da epistemologia a geração de fontes de informação secundária para novas pesquisas que vierem a surgir dessa área.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. P. **Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**. 2007. Disponível em: <http://www.infoescola.com/portugues/lingua-brasileira-de-sinais-libras/>. Acesso em: 21 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: Secretaria de Educação Especial-MEC-SEESP, 2006.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 21 jun. 2023.

CARMO, A. A. do. Inclusão escolar: roupa nova em corpo velho. **Revista Integração**, Ministério de Educação, Brasília, ano 13, n. 23, 2006.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva**: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2010.

CONCEIÇÃO, G. S. da. **Inclusão**: uma questão de direito. 2013. Disponível em: <http://www.artigonal.com/educacao-artigos/inclusao-uma-questao-de-direito-860447.html>. Acesso em: 27 mar. 2020.

CORREIA, L. M. **Educação especial e inclusão**: quem disser que uma sobrevive sem a outra não está no seu perfeito juízo. Porto: Porto Editora, 2010.

COSTA, F. C. da. **A inclusão dos alunos com deficiência auditiva em escola da rede pública em Teresina**. 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/9976958-A-inclusao-dos-alunos-com-deficiencia-auditiva-em-escola-da-rede-publica-em-teresina.html>. Acesso em: 11 jun. 2023.

FERREIRA, W. B. **Direitos da pessoa com deficiência e inclusão nas escolas**. 2011. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/03/03_ferreira_direitos_deficiencia.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

FIGUEIREDO, M. As fronteiras da formação: a profissão de professor e a escola inclusiva. In: CORREIA, L. M. **Inclusão**. N. 3. Porto: Porto Editora, 2011.

GALASSO, B. J. B. *et al.* Processo de produção de materiais didáticos bilíngues do Instituto Nacional de Educação de Surdos. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 24, n. 1, p. 59-72, jan.-mar. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

GOIÁS. Instituto Federal Goiano. **Campus Ceres. Histórico.** 2017. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/historico-ceres.html>. Acesso em: 10 mar. 2022.

GOIÁS. Instituto Federal Goiano. **Campus Ceres. Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.** 2014. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/cursos-superiores-ceres/196-licenciatura-em-ciencias-biologicas.html>. Acesso em: 10 mar. 2022.

GUTIERRES, A. de F. *et al.* **A sensibilização e a formação de professores para o trabalho de alunos incluídos.** EDUCERE, XII Congresso Nacional de Educação, 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21843_11224.pdf. Acesso em: 23 fev. 2020.

MACHADO, E. E. *et al.* Concepção do primeiro curso online de Pedagogia em uma perspectiva bilíngue Libras-Português. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 23, n. 1, p. 21-36, jan.-mar. 2017.

MANTOAN, M. T. E. O direito de ser, sendo diferente, na escola. In: RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2007.

MENDES, E. G. **Inclusão marco zero: começando pelas creches.** Araraquara-SP: Junqueira & Marin, 2015.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2012.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1984.

RIBAS, J. B. C. **Viva as diferenças.** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2011.

SANT'ANA, I. M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicol. estud.**, v. 10, n. 2, p. 227-234, 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2004, p. 10-16.

SOUZA, C. **Observação participativa e não participativa.** 2011. Disponível em: <http://www.ufpa.br/cdesouza/teaching/methods/3-observation.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2020.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2012.

COMO CITAR — APA

SILVA, L. C. D., GUIMARÃES, V. C., & BERNARDO, M. A. S. (2024). Possibilidades e limites didático-pedagógicos para uma educação inclusiva no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do IF Goiano – Campus Ceres. *PARADIGMA*, XLV(1), e2024001. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2024.e2024001.id1200>.

COMO CITAR — ABNT

SILVA, Leila Coutinho Dias; GUIMARÃES, Vânia Claudia; BERNARDO, Mirelle Amaral de São. Possibilidades e limites didático-pedagógicos para uma educação inclusiva no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do IF Goiano – Campus Ceres. *PARADIGMA*, Maracay, v. XLV, n. 1, e2024001, Ene./Jun., 2024. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2024.e2024001.id1200>

HISTÓRICO

Submetido: 22 de marzo de 2022.

Aprovado: 01 de Diciembre de 2023.

Publicado: 30 de Enero de 2024.

EDITORES

Fredy E. González

Luis Andrés Castillo

ARBITROS

Dos árbitros evaluaron este manuscrito y no autorizaron la publicación de sus nombres